

"Descolonização e Independência em Moçambique - Factos e Argumentos"

(e x c e r t o s)

– «A obsessão antiportuguesa da Frelimo, que levou à fuga dos portugueses, teve de conviver com a língua portuguesa que os portugueses deixaram em Moçambique. Sem dúvida, um património mais valioso do que os bens de que foram espoliados.

A ignorância e a obsessão antiportuguesa do superior dos Padres Brancos em Moçambique, porém, não tinha limites. Segundo ele, a chegada de Vasco da Gama à Ilha de Moçambique "foi o início de um longo período de guerra, com mudanças alternadas de que é composta a história político-militar e religiosa de Moçambique, até à moderna guerrilha da Frelimo que põe em perigo cerca de 80 mil dos mais aguerridos soldados portugueses".

"Para as conquistas e a defesa relativa, a tática usada pelos portugueses foi sempre a mesma que é ainda hoje empregada contra os movimentos de libertação: infiltrar-se para trair, corromper para eliminar os chefes (como Mondlane, Amílcar Cabral)".

"Se as tribos eram constituídas por pastores e agricultores que se deslocavam constantemente à procura de pastos e de campos melhores quando as terras e os pastos ocupados já estavam muito explorados; se esta tribo não tinha um governo de tipo europeu que não autorizava Portugal a afirmar hoje ter conquistado terras de ninguém, de ter submetido povos a que não tinham existência política e sobretudo de se armar em senhores definitivos da sua pessoa e das riquezas do seu solo e subsolo, submetendo-os a uma ditadura fascista mediante uma repressão impiedosa em nome da 'Cruz e da Espada'. Foi neste triste quadro que se realizou a 'epopeia missionária'. Se, não obstante todos os defeitos, foram deixados exemplos de verdadeira boa vontade e de autêntico cristianismo, esses são de atribuir mais às pessoas que ao sistema. De facto o tratamento habitualmente reservado até aos súbditos mais humildes e submissos, não ultrapassava o nível que hoje reservamos aos animais domésticos. Estamos longe quer do respeito dos valores fundamentais da pessoa humana, da família, da tribo (a grande família, base do socialismo africano), quer da procura apaixonada dos valores nascidos dos usos e costumes tribais."

O ódio cego do missionário levava-o a negar e deturpar factos e realidades incontestáveis e a subverter a própria História. A afirmação de que "a ocupação do interior nunca foi efectiva nem total e a posse dos territórios mais afastados foi sempre contestada pelas tribos mais aguerridas", nem a própria Frelimo teria o despudor de a fazer, sabendo-se que, antes do início da guerrilha, todo o território de Moçambique vivia numa paz celestial onde se circulava até aos mais recônditos lugares sem armas ou qualquer protecção, em absoluta segurança e que, efectivamente, durante a luta, nunca a Frelimo ocupou, com carácter permanente, qualquer cidade, vila, aldeia ou qualquer espaço do território. Além disso, como já foi referido, em alguns distritos de Moçambique a guerrilha nunca penetrou (Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Nampula) e na Zambézia, quando o tentou fazer, foi rapidamente repelida pela população civil.»¹

– «Centenas de portugueses encontram-se nas prisões e campos de trabalhos forçados da Frelimo, em Moçambique, por culpa de certos políticos e de certos militares portugueses que assinaram o acordo de Lusaca, em que o poder em Moçambique foi entregue a um grupo fanático e minoritário – a Frelimo –, apoiado pela Rússia e pela China. [...] Esses militares e esses políticos nem previram no próprio acordo de Lusaca, a protecção dos portugueses e dos seus bens para depois da independência.

Depois da independência, muitos portugueses, homens e mulheres, foram presos sem qualquer motivo legal e sofrem desde há oito meses torturas e sevícias, por culpa da inércia, do silêncio cúmplice e até da colaboração política dos que assinaram o Acordo de Lusaca. [...] Ali, os portugueses são presos sem qualquer motivo sério, só para ser humilhados e torturados. [...]

Na tarde de 7 de Setembro, um negro e um branco descem a Avenida da República, em Lourenço Marques, hasteando uma bandeira da Frelimo e arrastando uma Bandeira Portuguesa pelo chão, numa nítida provocação aos portugueses de Moçambique. A população laurentina reagiu indignada e surgem os acontecimentos de 7 de Setembro em que, sem armas e apelando à paz e à ordem, é ocupado o Rádio Clube e em que multidões de brancos e negros dizem "não" ao acordo de Lusaca e exigem eleições. As tropas portuguesas fazem falhar este movimento. [...] Nos subúrbios continuou a onda de violência – mais de um milhar de mortos, brancos e negros, violações de crianças e mulheres brancas, casas assaltadas, cantinas e carros incendiados, fábricas desfeitas, currais destruídos. [...] Estes massacres foram calados pela imprensa lisboeta, para facilitar o resto da descolonização. Foi o princípio da grande debandada dos brancos. [...] Dezenas de milhares fixaram-se na África do Sul, na Rodésia e na Europa. [...] Eu fui um dos que se fixaram na África do Sul. Mais tarde regresssei para visitar uma filha recém-nascida e fui preso sem mandato de captura, em Lourenço Marques. Os meus interrogadores acusaram-me de ter participado no 7 de Setembro e mantiveram-me incomunicável 11 dias. Fui interrogado e torturado na presença de oficiais portugueses. [...] Em 21 de Março de 1975, com outros prisioneiros [...] para Cabo Delgado, onde fui entregue à Frelimo. [...] Em 27 desse mês fomos, eu e mais 11 prisioneiros (entre eles Joana Simeão e Pedro Mondlane), sujeitos a um julgamento popular sem qualquer possibilidade de defesa, em que centenas de frelimistas aos gritos nos condenaram à morte por fuzilamento, mas alteraram a condenação para "trabalhos forçados" indefinidamente. [...] Foram longos meses, de mãos ensanguentadas em violentos trabalhos de campo, em que por vezes me negavam água para matar a sede, os pés sangrando de trabalho descalço, o frio, a fome, noites sem dormir, 2 a 5 dias, por vezes, sem qualquer alimento ou só uma maçaroca de milho por dia, descalcificação dos dentes que se partiam, dentes arrancados a sangue frio por falta de anestesia, e sem me enviar para o hospital. [...] Estive quase sempre com disenteria, evacuando sangue, mucosas e larvas, sem tratamento, apesar de o pedir. [...] Fui torturado física e moralmente, espancado sem qualquer razão. [...] Estive entretanto, e viria a continuar a estar, proibido de enviar e receber cartas ou contactar os meus familiares: a minha mãe, irmão, a minha mulher e as duas minhas filhas, uma de 3 anos e outra de meses. [...]

Chegou o dia da independência e Victor Crespo e a tropa portuguesa vieram-se embora. É um escândalo não nos terem trazido nessa altura, a nós e a muitas outras dezenas de prisioneiros portugueses, que ainda hoje lá se encontram, de Moçambique para Portugal. [...] Em Setembro do ano passado [1975], foi lido na Assembleia Constituinte um apelo sobre os prisioneiros em Moçambique e ninguém reagiu. [...] Em Janeiro deste ano [1976], o deputado Jaime Gama interpelou na mesma Assembleia os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação sobre este assunto e nunca obteve resposta.

Só agora em [início de] Março [de 1976] e após muitas pressões, é que o Governo resolveu enviar uma embaixada especial para negociações. [...] Quando saí de Moçambique, todos nós, os 7, jurámos a outros prisioneiros que o nosso regresso à Metrópole seria uma continuação da luta pela libertação das centenas de prisioneiros que ainda lá ficaram, principalmente aqueles que foram abandonados à data da independência de Moçambique, há mais de oito meses.»²

– «Deslocámo-nos a Leixões e recolhemos opiniões de alguns dos retornados, desembarcados. Começámos por ouvir o sr. M. C., empregado de 'boite' em Lourenço Marques. Eis as suas palavras:

- "A Polícia de Moçambique queria obrigar-me a denunciar todas as mulheres que tinham trabalhado em 'boites' em Lourenço Marques, e que eu conhecia, a fim de as deter sob acusação de prostituição. Neguei-me a fazê-lo! A partir dessa minha recusa, comecei a ser alvo de perseguições e ameaças, até que consegui refugiar-me a bordo do 'São Tomé', que me trouxe para Portugal. Finalmente a salvo!"

Era a primeira declaração de um dos fugitivos das arbitrariedades, sem fim, da Frelimo.

Porém, as queixas choviam de todos os lados. Frases soltas havia, como estas: "A Frelimo só nos deixou trazer roupa... mais nada"; "até os discos me apreenderam"; "a saída do navio foi retardada porque a lei das 'nacionalizações', decretada pelo 'camarada' Machel, já abrangera também as nossas bagagens, os nossos carros, as nossas mobílias. Assim, só pudemos trazer a roupa!".

Registamos todas as queixas chegadas até nós. Entre os refugiados, gente de cor, afinal portugueses como nós! Ouvimos depois a D^a. Maria C. Q. C., africana que, com seu filho de 9 anos, fugiu de todo aquele martírio, considerando-se finalmente a salvo. Começou por nos dizer:

- "Aquilo em Tete está muito mau! Não há lei, não há respeito por nada, nem por ninguém. Escorraçaram os portugueses de lá, para poder ocupar as suas casas. Olhe, só peço a Deus é que o meu marido - que é branco -, consiga salvar-se daquele inferno e chegue até nós, aqui, a Portugal!"

- "Que se passa efectivamente em Moçambique, para que tanta gente continue a fugir de lá?", - perguntamos.

- "Passa-se tudo. Eles chegam a matar crianças, cujo pai seja branco e a mãe de cor. Vi uma criança com 3 anos, ser trucidada por militares da Frelimo que a atropelaram com um camião da tropa. Depois, com ar de gozo, os ocupantes do camião, todos com farda da Frelimo, perguntaram aos presentes de que cor era a criança, e riam-se! Todas estas atrocidades a que nem os inocentes pequeninos escapavam, fizeram com que viesse embora para a terra do meu marido."

- "Quer então dizer que o ódio rácico não é só contra o elemento branco?", - foi a pergunta que fizemos de seguida.

- "Não! É também contra os 'mistos'! Constantemente nos insultam e mandam embora para a terra dos nossos pais. As crianças mestiças só podem estudar até à 4^a classe. Depois vão para as 'machambas' trabalhar no campo."

- "É verdade que se continua a prender gente arbitrariamente?", - insistimos ainda. A nossa interlocutora mostrava-se aberta ao diálogo. Queria falar. Queria dizer a toda a gente o que era o martírio da vida em Moçambique!

- "Continuam sim senhor! Estão a prender muita gente. Em especial raparigas, brancas, mistas e negras, para mandar para as 'machambas' onde fazem trabalhos muito difíceis! Eu tenho é muita pena dos brancos que lá estão presos. São obrigados a fazer os piores trabalhos, como 'abrir latrinas' e nem sequer têm visitas. Tenho muita pena deles!"

- "E os presos pretos? São bem tratados?", - quisemos saber.

- "Não. É frequente até haver discussões entre presos pretos e carcereiros da Frelimo. Desta tive eu conhecimento: houve um que foi mandado para a mata abrir latrinas. Ele recusou-se a ir, dizendo que no tempo dos portugueses trabalhava muito mas recebia ordenado. Agora levava pancada, trabalhava e não recebia nada. Além do mais, ele, que era preto, que fosse trabalhar pois não recebia ordens de pretos como ele! Isto originou violenta alteração. A certa altura o militar da Frelimo mandou o preso dar vivas à Frelimo. Este voltou a negar-se e, depois de ter gritado 'abaixos' à Frelimo, deu vivas a Portugal e a Caetano. Depois destes incidentes, esse preso desapareceu. Nunca mais se soube dele. Se calhar foi morto!"»³

– «Muito cedo ainda, aderi à linha política da Frelimo, sendo seu presidente o dr. Eduardo Mondlane. [...] Viver num país sem médicos, sem religião, sem advogados nem tribunais, é coisa que não me passa pela cabeça e que não lembrava ao próprio diabo. [...] Não posso dar o meu aval a um desvio da linha nacional, que pugna pela expulsão indiscriminada de brancos de África, e até de negros, pelo total atropelo de todos os direitos dos cidadãos moçambicanos e estrangeiros, pela negação da liberdade de expressão, religião, associação e, fundamentalmente, pela imposição violenta duma política totalmente divorciada da realidade, não só de Moçambique mas de toda a África. Na verdade, pode-se afirmar que o governo actual [1976] de Moçambique, não actua como um movimento de libertação do meu povo, mas como um bando de invasores que pretende perseguir, destruir e lançar os moçambicanos na mais abjecta miséria moral e económica. A Frelimo já não é um partido político, mas um clube de uma pequena burguesia negra e de meia dúzia de brancos. [...]

Dois meses depois da independência, as cadeias de Moçambique tinham já mais presos, do que nos períodos mais negros da era colonialista. [...] As prisões são feitas da maneira mais arbitrária: pode-se ser preso por o bilhete de identidade não possuir capa de plástico, porque sem plástico já não é bilhete de identidade. [...] Uma vez preso não se é ouvido, não é permitida assistência jurídica aos presos. Aliás, advogados e tribunais é coisa que não existe realmente em Moçambique. [...] E discute-se cá, todos os dias, o que se passa no Chile, na Argentina e nos confins da Papuásia e faz-se silêncio quase absoluto, em determinada imprensa, com o que se passa na nossa própria carne. [...]

Vivem em palácios, mandam vir alfaiates de Paris, [...] sapateiros de Londres [...] e põem o povo na maior miséria e desespero, a cavar à força nas machambas prisionais de tão triste fama. Infelizmente, tais notícias são mais do que verdadeiras.

A Frelimo é contra toda e qualquer religião, uma vez que pretende criar em Moçambique um Estado totalitário ateu. [...] Ora vir um Samora Machel qualquer, proclamar o fim de todas as religiões em Moçambique, é a maior afronta que se pode fazer a um povo. [...]

Há já muito tempo que grupos de moçambicanos vêm cantando, junto de esquadras de polícia da Frelimo, como aconteceu na Beira e na cidade de João Belo, o hino nacional português. [...] Em várias regiões apareceu, por vezes, a flutuar a Bandeira Portuguesa. [...]

Eu sei que foram transportadas tropas da Frelimo para esmagar a sublevação do território dos macondes e dos macuas. [...] Os guerrilheiros e não soldados, hoje existentes em Moçambique e impropriamente chamados de exército moçambicano, são homens quase todos marginais, de países vizinhos de Moçambique, onde a Frelimo recruta guerrilheiros e que, se foram úteis na guerrilha, estão completamente fora da actual fase revolucionária em curso. Com efeito, tal exército não fala nem percebe a língua portuguesa, como não fala nem compreende nenhum dos dialectos moçambicanos.»⁴

– «Deve reconhecer-se que a maioria da população indígena não falava o português, quando ocorreu a independência, apesar do esforço feito no domínio da educação, nas décadas anteriores. A Frelimo adoptou a língua portuguesa, como língua oficial, porque não tinha outra opção. O português era o único veículo de comunicação entre as diversas etnias. Foi uma decisão difícil, tomada a contra-gosto. Num seminário realizado em Mocuba (Zambézia), no início de 1975, com a presença de Joaquim Chissano, foi salientado e lembrado, como tarefa dos grupos dinamizadores, "a necessidade de transformar (sic) a língua portuguesa, de instrumento de despersonalização e opressão, em veículo de comunicação do Povo". Samora Machel, num comício no estádio da Machava em Lourenço Marques, em finais do mesmo ano, não escondeu a sua dificuldade em engolir este 'sapo vivo': "Alguns outros dirão: mas a língua ainda é portuguesa. É preciso utilizar a língua do inimigo. A língua portuguesa agora já mudou de conteúdo, não é aquele português que era falado pelo senhor governador em Moçambique. Deve ser o nosso português de moçambicanos".

A adopção da língua portuguesa custou a digerir pela Frelimo. É significativo o facto de, em Novembro de 1976, a Organização Nacional de Jornalistas de Moçambique não ter aceitado participar no primeiro encontro de jornalistas dos países de língua portuguesa, a realizar em Lisboa no mês seguinte, por considerar que "a língua comum não é o que mais aproxima os povos, mas sim as experiên-cias vividas na luta pela independência, os estados de evolução da sociedade e os sistemas políticos adoptados".»⁵

– «Esta era a imagem real de Moçambique, pouco mais de um ano depois da independência. Como realçou o dr. Domingos Arouca, em Portugal, "em determinada imprensa" nada se dizia sobre tão clamorosa situação. Mais deplorável, porém, era o facto de alguns correspondentes em Moçambique transmitirem para Portugal uma imagem totalmente deturpada, na linha da propaganda frelimista, segundo a qual todos os males eram produto da "pesada herança" do colonialismo português. A nível internacional, também a imprensa difundia uma imagem distorcida da situação em Moçambique. Assim, com o apoio aberto dos países comunistas e o "namoro" interesseiro de alguns países ocidentais, Samora Machel prosseguia a sua missão internacionalista e a política de terror, sem embaraços. Enquanto a "unidade e trabalho" tardavam a aparecer, a "vigilância" funcionava a todo o gás, através dos esbirros da PIC, dos grupos dinamizadores, da comissões de trabalhadores, etc., dominando toda a vida moçambicana, onde todos vigiavam todos, nos escritórios, nas oficinas, nos campos, nas escolas, em casa, na rua... Todos os dias, por todo o Moçambique, reuniões, comités, seminários, conferências, onde se entoavam as "palavras de ordem" e os vivas à Frelimo e a Samora Machel, não deixavam dúvidas sobre o caminho único a seguir e as consequências no caso de discordância.

Nesse tempo, encontravam-se detidas em Moçambique mais de 40 mil pessoas e já tinham fugido 250 mil, entre portugueses e outros, dos quais 200 mil para Portugal, 20 mil para a Rodésia, 12500 para a África do Sul, 10 mil para o Brasil e 7500 para outros países. De todos os que haviam saído, cerca de 80 mil eram pretos, mulatos, indianos e chineses. Em Agosto de 1976, apenas permaneciam em Moçambique cerca de 25 mil portugueses. Enquanto os técnicos de outros países (russos, búlgaros, alemães orientais, etc.), eram autorizados a depositar nos países de origem, mensalmente, metade dos ordenados (que recebiam em moeda forte), os técnicos portugueses só podiam transferir 35%. Os médicos portugueses recebiam cerca de 30 contos por mês, enquanto os médicos estrangeiros ganhavam 90 contos.

Discursando no estádio da Machava, na comemoração do primeiro aniversário da independência, Samora Machel afirmou que as prisões estavam cheias de reaccionários que se opunham à descolonização e de ladrões e assassinos, acrescentando que seriam criados tribunais populares para julgar criminosos em público. Virando a página, Machel anunciou que 1977 seria o ano da felicidade e abundância em Moçambique e exortou cada um dos dez milhões de habitantes a "matar 30 moscas por dia, como contribuição para a saúde".»⁶

¹ (op.cit, pp.127 >)

² (depoimento de A. G., 38 anos de idade, um dos 7 prisioneiros portugueses que passaram mais de um ano em campos de trabalho forçado da Frelimo; in jornal "O País", Lisboa 05Mar76)

³ (in jornal "O Retornado", Lisboa 06Mar76)

⁴ (Domingos António Mascarenhas Arouca, nascido em 1930 em Inhambane, em 1960 licenciado em Direito e pouco depois admitido no BNU em Lourenço Marques como funcionário no contencioso, no final de 1962 militante clandestino da Frelimo e a partir de Fev63 presidente do Centro Associativo dos Negros; entrevista ao semanário "Tempo", 06Mai76)

⁵ (in vespertino "A Capital", Lisboa 06Nov76)

⁶ (op.cit, pp.198 >)